



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

O TRABALHADOR RURAL DA REGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA SEGUNDO AS FONTES DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA DÉCADA DE 1970

Marielle Leles Neves*
(UESB)

Manoel Nunes Cavalcanti Júnior**
(UESB)

RESUMO

Esta pesquisa objetiva traçar um perfil dos trabalhadores rurais que recorreram à esfera judicial, na década de 1970, tentando relacionar os dados emanados dos processos judiciais da Justiça do Trabalho com o contexto econômico-social desses trabalhadores. Buscaremos, então, inventariar e analisar as fontes com base na história das relações de trabalho e educação na região sudoeste da Bahia. O presente projeto iniciou-se durante a graduação, resultado de nossa atuação como bolsista de Iniciação Científica do projeto de pesquisa: “Fontes para a História Social do Trabalho em Vitória da Conquista e região” este projeto tinha como um dos principais objetivos apresentar um inventário das classes profissionais que, entre 1963 e 1994, recorreram à esfera judicial para resolver querelas trabalhistas no Tribunal da Justiça do Trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Trabalhadores rurais. Trabalho.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como meta traçar um perfil dos trabalhadores rurais da região de Vitória da Conquista, na década de 1970, a partir dos processos da justiça do trabalho tentando relacionar os dados emanados dos processos com a bibliografia específica relativa ao trabalho rural no Brasil, bem como construir um banco de dados sobre

*Aluna do curso de especialização Educação, Cultura e memória da UESB. E-mail:marielleleles@yahoo.com.br

**Professor do CEFET/BA. Orientadora.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

trabalhadores rurais; analisar como estes trabalhadores percebiam a relações de trabalho com seus patrões; registrando também o processo educativo que esses trabalhadores estão inseridos. E por fim, analisar o grau de interferência de indivíduos de outras categorias sociais e de associações de natureza sindical na formulação e condução dos processos trabalhistas.

Procurou-se proceder a análise dos dados, de acordo com a perspectiva apontada por Campos e Cury (1997) para uso da documentação primária:

As fontes primárias, na investigação e na pesquisa, seriam consideradas a matriz explicativa do objeto em estudo, estabelecendo, como tal objeto, uma relação de dependência. Desse modo, as fontes seriam auto-suficientes na sua condição de matriz explicativa. O seu lugar teria o poder de fazer circular, explicando, magistralmente, os significados pretensamente estabelecidos ou legítimos, o que se insinua no campo dos significados de primeiro. (CAMPOS e CURY, 1997).

O referencial teórico da pesquisa esteve calcado no estudo da História do Trabalho e para a individualização e tratamentos de temas relativos aos trabalhadores rurais, tomou-se como referência, os estudos de Linhares (2002) e Medeiros (2002). E é através de Saviani (2007) e Enguita (1989) que se verifica a relação de trabalho como princípio educativo e como a efetivação de uma vontade transformadora da natureza.

A história da região de Vitória da Conquista sempre se caracterizou por suas atividades rurais. Na descrição do arraial de Conquista, feita por Maximiliano, príncipe de Wied Von Neuwied (apud SANTOS, 1987), no início do século XIX, estão em destaque as atividades sobre as quais estavam assentados o poder e riqueza de alguns e a pobreza extrema dos outros:

Independentemente dos recursos que a cultura dos campos fornece para a subsistência dos habitantes, a venda de algodão e a passagem das boiadas que vão para a Bahia, lhes proporcionam outros meios de vida.[...] Grande parte dos moradores do



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

arraial compõem-se de trabalhadores e de rapazes desocupados nesta localidade. (Apud, SANTOS, 1987).

Ainda no século XX, as fazendas de propriedade familiar organizaram-se com grau relativamente grande de auto-suficiência e participavam do comércio de gado. Com uma economia predominantemente marcada pela pecuária, o município produzia, entretanto, cana-de-açúcar, arroz e várias culturas de subsistência. A fazenda, segundo uma máxima corrente na região, só precisava comprar sal e querosene.

Desde o final do século XIX, com o massacre das populações indígenas e, posteriormente, o fim da escravidão, fixa-se, como ressalta Santos (1987), um extenso grupo de trabalhadores rurais, que trabalham nas fazendas como meeiros, plantadores por porcentagem e vaqueiros pagos mediante “sorteios”.

A produção agrícola do Município, destinada basicamente ao consumo local, mais tarde incrementada pelo cultivo da cana-de-açúcar (dedicada à produção de rapadura, aguardente e açúcar mascavo) veio a se modificar a partir da década de 1970 com a transformação da região Nordeste em pólo cafeeiro.

No cenário nacional a partir da década de 1950/60, para atender às exigências do mercado de exportação, várias regiões do país vão protagonizar um processo de modernização agrícola com influências diretas sobre a qualificação do trabalhador rural e a organização das relações sociais de produção. Vitória da Conquista continuava, ainda nessa época, voltada para o atendimento da demanda local por seus produtos agrícolas, incrementada apenas pelo cultivo da cana-de-açúcar. Essa situação só veio a se modificar a partir da década de 1970, com a transformação da região em pólo cafeeiro.

Segundo Dutra Neto (2001) o pólo cafeeiro na Bahia surgiu quando o Instituto Brasileiro de Café - IBC - planejou a expansão da cultura em áreas que não apresentavam riscos de geadas e impôs ao estado a adequação a um pacote tecnológico capaz de garantir a sua participação no mercado internacional.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Dentre as exigências estabelecidas pelos pacotes tecnológicos estavam a qualificação de nível formal dos produtores rurais e sobretudo a dos grandes produtores que, segundo Dutra Neto (2001), se contabilizava o maior percentual de pessoas com diploma de curso superior. Quanto aos pequenos agricultores e assalariados, em sua maioria são analfabetos, eles tinham acesso ao processo educativo apenas se considerarmos que a “educação se realizava concomitantemente ao processo de trabalho” (SAVIANI, 2007). Estas pessoas praticamente ficaram à margem do processo de qualificação formal e se situam em desvantagem nas novas relações de produção que então se estabeleceram.

É neste cenário, de expansão da cultura cafeeira e de implementação de novas relações de trabalho na agricultura, a partir da década de 1970, que os processos de trabalhadores rurais encaminhados à Junta de Conciliação e Julgamento sediada em Vitória da Conquista, abrangendo outros municípios da região, revelam um avanço das relações capitalistas no campo.

Os processos analisados até o momento, relativos aos anos de 1970 a 1979, revelam a que os trabalhadores rurais procuraram a justiça para garantir o cumprimento de direitos legais em vigor desde 1943, pois as principais reclamações são: o pagamentos de aviso prévio, horas extras, férias, 13º salário, descanso semanal remunerado e o registro na carteira de trabalho. Os processos revelam a subordinação de trabalhadores rurais a relação de trabalho muito próximas da servidão. A submissão à jornada de trabalho superior a 8 horas diárias sem pagamento de horas extras, a negação do descanso semanal, mas, principalmente a retenção de salários e os elementos indicativos de cerceamento de liberdade de circulação são indicativos da permanência de uma estrutura agrária onde predomina toda forma de poder do proprietário sobre os empregados. Esse amálgama entre poder sobre a terra e poder sobre os homens se fortalece, ainda, pelo recurso à violência física ou simbólica por parte dos latifundiários que a crônica cotidiana da região permite perceber.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Complementarmente, contribui para esse quadro de desrespeito à legislação trabalhista e cerceamento à liberdade dos trabalhadores rurais, fragilidade das instâncias estatais responsáveis pela regulação das relações de trabalho e das associações e sindicatos, que teriam por objetivo garantir a defesa dos trabalhadores frente ao poder dos patrões, mas que, para o período considerado, está marcadamente ausente ou atua, como em um dos casos analisados, no sentido contrário à garantia dos direitos trabalhista.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Edson Nascimento e CURY, Maria Zilda Ferreira. Fontes primárias: saberes em movimento. Revista da Faculdade de Educação. [online]. Jan./Dez. 1997, vol.23, no.1-2[citado em 21 de Maio 2006]. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551997000100016&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-2555.
- DUTRA NETO, Claudionor. Café de desenvolvimento sustentável: perspectiva para o desenvolvimento sustentável no Planalto de Vitória da Conquista. CDS. Universidade de Brasília – UNB, 2001.
- ENGUITA, M. O trabalho atual como forma histórica. In: A face oculta da escola. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- LINHARES, Maria Yêdda Leite. Possibilidade da história comparada no Brasil. A história agrária como uma experiência de pesquisa. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org.). In: O campesinato na história. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002.
- MEDEIROS, Maria Servolo de. Os trabalhadores do campo e o desencontro nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org.). In: O campesinato na história. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002.
- SANTOS, Antônio Luiz. Produção de riqueza e miséria na cafeicultura. As transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça-Bahia. Recife, 1987.
- SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, 2007, vol.12, n.34, ISSN 1413-2478.
- SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2001.